

***APGES – Associação Plataforma Global
para Estudantes Sírios***
Relatório e contas

31 de Dezembro de 2013



Audit Report

(Free translation from the original in Portuguese)

Introduction

1 We have audited the financial statements of Associação – Plataforma Global para os Estudantes Sírios / Global Platform for Syrian Students (APGES), comprising the balance sheet as at 31 December 2013 (which shows total assets of Euro 107.304,58 and total of zero shareholder's equity, including a net profit of zero) and the statement of income by nature for the year then ended, and the corresponding notes to the accounts.

Responsibilities

2 It is the responsibility of the Board of Directors to prepare the Directors' Report and the financial statements which present fairly, in all material respects, the financial position of the Company, the results of its operations, as well as to adopt appropriate accounting policies and criteria and to maintain an appropriate system of internal control.

3 Our responsibility is to express an independent and professional opinion on these financial statements based on our audit.

Scope

4 We conducted our audit in accordance with the Standards and Technical Recommendations issued by the Institute of Statutory Auditors which require that we plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the financial statements are free from material misstatement. Accordingly, our audit included: (i) verification, on a sample basis, of the evidence supporting the amounts and disclosures in the financial statements and assessing the reasonableness of the estimates, based on the judgements and criteria of the Board of Directors used in the preparation of the financial statements; (ii) assessing the appropriateness of the accounting principles used and their disclosure, as applicable; (iii) assessing the applicability of the going concern basis of accounting; and (iv) assessing the overall presentation of the financial statements.

5 Our audit also covered the verification that the financial information included in the Directors' Report is consistent with the financial statements.

6 We believe that our audit provides a reasonable basis for our opinion.

Opinion

7 In our opinion, the financial statements referred to above present fairly in all material respects, the financial position of Associação – Plataforma Global para os Estudantes Sírios / Global Platform for Syrian Students (APGES) as at 31 December 2013, the results of its operations for the year then ended, in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Report on other legal requirements

8 It is also our opinion that the financial information included in the Directors' Report is consistent with the financial statements for the year.

April 7, 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
represented by:

Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

(This is a translation, not to be signed)

Certificação das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Associação – Plataforma Global para os Estudantes Sírios (APGES), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 107.304,58 euros e um total de capital próprio nulo, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Direção a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Associação – Plataforma Global para os Estudantes Sírios (APGES) em 31 de dezembro de 2013 e o resultado das suas operações do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o N.º PC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 90

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

7 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

**APGES – Associação Global Platform for Syrian Students / Plataforma Global
para os Estudantes Sírios**

Associação de Solidariedade Social

Direção

2013

Relatório e Contas do Exercício

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

1. A APGES constituiu-se em 12 de Novembro de 2013, tendo reunido pela primeira vez a sua Assembleia Geral em 22 de Novembro de 2013, data em que foram nomeados os seus órgãos sociais, a saber:

Assembleia Geral:

Presidente	Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino
Vice-Presidente	Mário Henrique de Almeida Santos David
Secretário	André Filipe Salvado e Machado

Direção:

Presidente	Jorge Fernando Branco de Sampaio
Vice-Presidente	Maria Manuela Dias Ferreira Leite
Tesoureiro	Mário José de Matos Valadas
Secretária-Geral	Helena Gilda Moreira Freire de Moraes Branco
Vogais	Ana Maria Dias de Bettencourt José Cavaqueiro Mestre Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares

Conselho Fiscal:

Presidente	Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Vice-presidente	Gonçalo Ferreira Gomes Margalho Carrilho
Vogal	António Manuel Canastreiro Franco

Na mesma data foi aprovado o Regulamento Interno da Direção.

2. A APGES foi inscrita no Ministério das Finanças e da Administração Pública em 28 de Novembro de 2013, tendo-lhe sido atribuído o número de identificação fiscal 510888011.

Por despacho conjunto do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, datado de 27 de Novembro de 2013, foi reconhecida a possibilidade de os donativos a receber nos anos de 2013 a 2015 usufruírem dos benefícios fiscais previstos na alínea f) do art.º 3º do Respetivo Estatuto.

3. Em 31 de Dezembro, a Associação tinha 39 sócios, a que correspondeu uma cotização total de € 650.
4. A atividade da Direção centrou-se em dar continuidade aos trabalhos anteriormente iniciados pelos promotores, particularmente nos seguintes domínios:

- a. Angariação de doações destinadas a suportar as atividades da associação, predominantemente a afetação de estudantes sírios a estabelecimentos de ensino superior, sendo as mais significativas suportadas por protocolos escritos.

Até ao fim do ano estavam registadas receitas de doações no valor de € 107 304,58, sendo as mais importantes:

Sana Hotels Portugal	€ 5000
Fundação Albertina F. Amorim	7500
Amorim Holding	7500
Jasem Albaker	5000
Liga dos Estados Árabes	36745
Convenção Rotary Lisboa 2013	5000

Por outro lado estavam já negociadas ou em fase final de negociação atribuições de várias doações a serem materializadas nos anos seguintes.

- b. Estabelecimento de acordos com instituições de ensino superior no sentido de reservarem vagas para estudantes com gratuidade de propinas e participação em despesas de alojamento e alimentação.
- c. Abertura de candidaturas, seleção de candidatos e afetação destes a estabelecimentos de ensino.
- d. Preparação de instrumentos de regulamentação e de previsão e controlo no domínio financeiro.
5. Toda a movimentação de fundos foi feita através de uma conta bancária no Deutsche Bank, titulada pela Fundação Oriente, que amavelmente se dispôs a agir na condição de depositária da APGES, facilitando enormemente a recolha de doações mesmo ainda antes da constituição da associação. Cumpre agradecer essa disponibilidade a dirigentes e colaboradores da Fundação Oriente.
6. Uma vez que não foi possível à APGES fazer em 2013 a aplicação dos fundos provenientes de doações, optou-se por afetar esses fundos a contas de diferimentos.
7. A Direção da APGES quer, finalmente, agradecer a todos quantos gratuitamente e com grande empenho e puseram o seu trabalho ao serviço dos fins que orientam a atuação da associação.

Anexos: Documentos contabilísticos referentes ao exercício de 2013.

Lisboa, 26 de Março de 2014.

A Direção




ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**ASSOCIAÇÃO-PLATAFORMA GLOBAL PARA OS ESTUDANTES
SIRIOS (APGES)**

ANO : 2013

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação

- 2 - Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contábilístico utilizado
 - 2.2 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

- 3 - Principais políticas contábilísticas**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- 4 - Instrumentos financeiros**
 - 4.1 Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

- 5 - Outras informações**
 - 5.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados
 - 5.2 Eventos subsequentes

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: ASSOCIAÇÃO-PLATAFORMA GLOBAL PARA OS ESTUDANTES SIRIOS (APGES)
Sede social: Rua Castilho, N.º 165 - Lisboa
Endereço eletrónico: apges.fin@gmail.com
Natureza da atividade: Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL NÃO LUCRATIVA

NATUREZA DA ATIVIDADE:

Apoio social, designadamente através da prestação de assistência académica de emergência a jovens estudantes sírios, mediante a atribuição de bolsas de estudo e a constituição de parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para as Entidades do Setor Não Lucrativo, de acordo com o D.L. 36A/2011, de 9 de Março.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a terça-feira, 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2012.

2.2. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

A entidade iniciou a atividade em 01-12-2013, pelo que não existem dados comparáveis com o período anterior

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

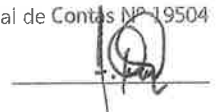
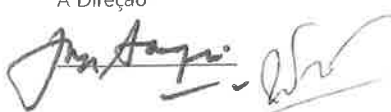
Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos



futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de IRC nos termos do Art. 10º do CIRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.



Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

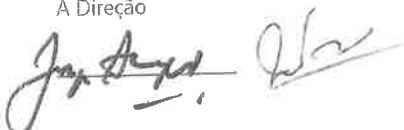
Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Instrumentos financeiros

4.1. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:



Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			107.304,58		
Outras contas a receber			107.304,58		
Passivos financeiros:					
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

Quadro comparativo:

5 - Outras informações

5.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

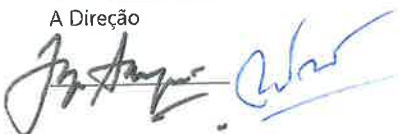
Detalhe da conta Diferimentos:

DIFERIMENTOS

Donativos - (A distribuir em 2014)	106.654,58
Quotizações 2014	650,00
Soma	107.304,58

5.2. Eventos subsequentes

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa nas Demonstrações Financeiras da Associação.

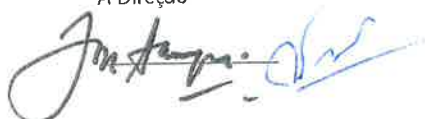



Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2013
(montantes em euros)

ASSOCIAÇÃO-PLATAFORMA GLOBAL
PARA OS ESTUDANTES SIRIOS
(APGES)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Subsídios, doações e legados à exploração		25,00	
Outros gastos e perdas		(25,00)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			
Resultado antes de impostos			
Resultado líquido do período			

A Direção



Técnico Oficial de Contas N.º 19504



Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2013
(montantes em euros)

ASSOCIAÇÃO-PLATAFORMA GLOBAL PARA OS
ESTUDANTES SIRIOS (APGES)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo corrente			
Outras contas a receber	4	107.304,58	
		107.304,58	
Total do ativo		107.304,58	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Total do fundo de capital			
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Diferimentos		107.304,58	
		107.304,58	
Total do passivo		107.304,58	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		107.304,58	

A Direção



Técnico Oficial de Contas N.º 19504



APGES - Caixa e Bancos - Movimentos Classificados

Rúbrica	2013 JUL	2013 AGO	2013 SET	2013 OUT	2013 NOV	2013 DEZ	Soma
Despesas Totais		3,22	29,22		0,12		32,56
Despesas com Estudantes em Portugal							
Variáveis							
Estudantes em Portugal – Viagens de e para Portugal							
Estudantes em Portugal – Deslocações em Portugal							
Estudantes em Portugal – Vestuário							
Estudantes em Portugal – Seguros							
Estudantes em Portugal – Outras Despesas e imprevistos							
Estudantes em Portugal – Despesas Variáveis Mensais - Perfil A01							
Estudantes em Portugal – Despesas Variáveis Mensais - Perfil A02							
Fixas							
Estudantes em Portugal – Alojamento de Acompanhantes							
Estudantes em Portugal – Alimentação de Acompanhantes							
Estudantes em Portugal – Transporte de Acompanhantes							
Estudantes em Portugal – Despesas Imprevistas							
Estudantes em Portugal – Outras despesas fixas							



APGES - Caixa e Bancos - Movimentos Classificados

Rúbrica	2013 JUL	2013 AGO	2013 SET	2013 OUT	2013 NOV	2013 DEZ	Soma
Despesas com Estudantes no Estrangeiro							
Egito							
Estudantes – Egito – Viagens							
Estudantes – Egito – Mensais							
Estudantes – Egito – Outras							
Turquia							
Estudantes – Turquia – Viagens							
Estudantes – Turquia – Mensais							
Estudantes – Turquia – Outras							
Líbano							
Estudantes – Líbano – Viagens							
Estudantes – Líbano – Mensais							
Estudantes – Líbano – Outras							
Iraque							
Estudantes – Iraque – Viagens							
Estudantes – Iraque – Mensais							
Estudantes – Iraque – Outras							
Lituânia							
Estudantes – Lituânia – Viagens							
Estudantes – Lituânia – Mensais							
Estudantes – Lituânia – Outras							




APGES - Caixa e Bancos - Movimentos Classificados

Rúbrica	2013 JUL	2013 AGO	2013 SET	2013 OUT	2013 NOV	2013 DEZ	Soma
Despesas com a Estrutura Estrutura - Ordenados e Salários Estrutura - Ordenados e Salários - Encargos derivados de conta da APGES Estrutura - Ordenados e Salários - Entrega de importâncias retidas (IRS+SS) Estrutura - Serviços de Contabilidade Estrutura - Outros Serviços Externos Estrutura - Viagens ao Estrangeiro Estrutura - Viagens em Portugal Estrutura - Refeições Estrutura - Edição de Publicações Estrutura - Material de Escritório Estrutura - Despesas Diversas Estrutura - Despesas Bancárias Estrutura - Juros Pagos Estrutura - Impostos		3,22	29,22		0,12		32,56
Despesas Associadas à Obtenção de Receitas Ofertas - Custos de Vendas Oferta A - Custo de Vendas Oferta B - Custos de Vendas							
Eventos - Custos Evento A - Custo Evento B - Custo		3,22	29,22		0,12		32,56

Jim Santos

APGES - Caixa e Bancos - Movimentos Classificados

Rúbrica	2013 JUL	2013 AGO	2013 SET	2013 OUT	2013 NOV	2013 DEZ	Soma
Receitas Totais	20950,00	23800,12	44951,02	4000,00	4551,00	6935,00	105187,14
Quotas de sócios							
Quotas de sócios						650,00	650,00
Doações recebidas	20950,00	23800,00	44944,58	4000,00	4550,00	6285,00	104529,58
Doações inferiores a EUR 5000	8450,00	11300,00	8200,00	4000,00	4550,00	1285,00	37785,00
Doação Sana Hotels Portugal	5000,00						5000,00
Doação Fundação Albertina F. Amorim	7500,00						7500,00
Doação Amorim Holding		7500,00					7500,00
Doação Jassem Albaker		5000,00					5000,00
Doação Liga Estados Arabes			36744,58				36744,58
Doação Rotários						5000,00	5000,00
Ofertas - Vendas							
Oferta A - Vendas							
Oferta B - Vendas							
Eventos							
Evento A - Receitas							
Evento B - Receitas					1,00		1,00
Outras		0,12	6,44				7,56
Estrutura - Despesas Bancárias - Reposição		0,12	6,44				7,56
Juros de Aplicações financeiras					1,00		1,00
Juros de Depósitos à Ordem e a Prazo							
Receitas - Indeterminada							
Receitas - Outras							
Outros movimentos em Caixa e Bancos							
Aplicações financeiras							
Aplicações financeiras - venda							
Aplicações financeiras - compra							
Transferências entre contas							
Transferência (saída)							
Saldo de Tesouraria	20950,00	23796,90	44921,80	4000,00	4550,88	6935,00	105154,58
Entradas	20950,00	23800,12	44951,02	4000,00	4551,00	6935,00	105187,14
Saídas		3,22	29,22		0,12		32,56

